**Situação de proposições sobre APP em tramitação no Congresso Nacional**

Verificação em 16/02/25

A listagem a seguir é baseada em seleção inicial apresentada por Marcus Peixoto.

As proposições, em geral, abordam a regulamentação do §16 do art. 37 da Constituição Federal. Há outras proposições em tramitação, mas que tratam de APP focada em temas específicos.

- PRC 129/2019 - Soraya Santos - PL/RJ - Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito da Câmara dos Deputados.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2234314>.

Situação: aguardando Designação de Relator na CCJC desde 02/2020. Sem movimentação.

- Projeto de Resolução do Senado n° 33, de 2021 - Cria o Centro de Estudos e Debates Estratégicos e altera o Regimento Interno do Senado Federal para modificar o procedimento de avaliação de políticas públicas.

Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148345>.

Situação: aguardando Designação de Relator na CCJ desde 03/2022. Sem movimentação.

- Projeto de Lei n° 2341, de 2021 - Senador Rogério Carvalho - Regulamenta o § 16 do art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre a avaliação periódica de políticas públicas por órgãos e entidades da Administração Pública.

Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148909>.

Situação: aguardando Designação de Relator na CCJ desde 05/2023. Sem movimentação.

- Projeto de Lei Complementar n° 61, de 2022 - Senador Alessandro Vieira - Regulamenta o § 16 do art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre a avaliação de políticas públicas no âmbito da administração pública federal, e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para instituir anexo de avaliação de políticas públicas à lei de diretrizes orçamentárias.

Disponível em:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/152830>.

Situação: aguardando Designação de Relator na CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor desde 04/2023. Sem movimentação.

- Projeto de Lei Complementar nº 64/2022 - Tabata Amaral - PSB/SP, Felipe Rigoni - UNIÃO/ES - Regulamenta o § 16 do art. 37 da Constituição Federal, para dispor sobre a avaliação de políticas públicas no âmbito da administração pública federal, e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para instituir anexo de avaliação de políticas públicas à lei de diretrizes orçamentárias.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2320515>.

Situação: aguardando Parecer do Relator na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) desde 22/08/23. Chegou a ter parecer apresentado na antiga CTASP. Sem movimentação.

- Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRC) n°301/2018 (principal) - Eduardo Cury - PSDB/SP - Dispõe sobre a avaliação de impacto da produção legislativa (RICD, arts. 261-A e 261-E).

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2168837>.

Situação: aguardando designação de relator na CCJC. Foi desarquivado em 2019 e já chegou a ter parecer apresentado pela aprovação. Aguarda designação de relator na CCJC desde 2019. Sem movimentação.